


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001238-27.2017.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Fundação Hermínio Ometto**
 Requerido: **Kamilla Soares Ferraz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Fundação Hermínio Ometto ajuizou Ação Monitória em face de **Kamilla Soares Ferraz**, aduzindo, em síntese, que é credor da requerida da quantia de R\$ 15.058,10, representada por documento escrito sem eficácia de título executivo, consistente no termo de adesão contratual e requerimento de matrícula, contrato de prestação de serviços educacionais. Assevera que persiste a situação de inadimplência. Requer a citação da ré para pagamento do débito ou oferecimento de embargos.

Citada, a requerida apresentou embargos monitórios (fls. 69/70).

DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato.

A ação monitória é o instrumento processual colocado à disposição do credor de quantia certa com crédito comprovado por documento escrito sem eficácia de título executivo, para que possa requerer em juízo a expedição de mandado de pagamento para satisfação de seu direito.

Os documentos que instruem a presente ação monitória (fls. 20/51) não possuem eficácia de título executivo. Conquanto não possam ser considerados títulos de exação, prevalecem como documento comprobatório da obrigação do contratante ao pagamento de seu valor.

Apesar do alegado, a parte ré não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil, de provar o fato modificativo do direito do autor, pois deixou de juntar documentos e impugnar especificamente o pedido.

Em contrapartida, todos os documentos juntados aos autos pela requerente foram assinados pela ré, não sendo impugnada a sua autenticidade.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos e **JULGO PROCEDENTE** a ação monitória e condeno a requerida a pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado.

Declaro constituído o título executivo (CPC, art. 702, §8º).

P.I.

Ibate, 06 de agosto de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**